

ITINERÁRIO FORMATIVO “FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL” NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO INICIAL À LITERATURA

Cristiano de França¹
Paulo Roberto Prado Constantino²

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo explorar a produção acadêmica concernente ao itinerário formativo da 'formação técnica e profissional' na implementação do Novo Ensino Médio brasileiro após a Reforma decorrente da Lei nº13.415/2017, bem como as primeiras experiências documentadas, especialmente na modalidade que integra ao ensino médio o itinerário 'Formação Técnica e Profissional'. A metodologia envolve a análise qualitativa desta produção de artigos e dissertações, por meio de pesquisa bibliográfica, resultando numa síntese sobre o período de 2017 ao primeiro semestre de 2023, sobre os 32 textos identificados com a temática. Ressalvado o distanciamento temporal quase inexistente entre as primeiras experiências dessa Reforma do Ensino Médio e as produções acadêmicas recentes, foi possível mapear estas publicações, concentradas nas instituições superiores federais, seguidas das instituições estaduais de São Paulo. A seleção de uma agenda de investigação poderá ser desenvolvida em pesquisas posteriores, a partir dos primeiros achados. Os trabalhos consultados sugerem que não há um projeto educacional de longo prazo no país – o que, sem adentrar no mérito do debate, seria reforçado pelas decisões mais recentes tomadas pelo Ministério da Educação em 2023 e as novas rodadas de votações no início de 2024. Nas interfaces com a Educação Profissional e Tecnológica, os autores analisados revelam preocupação com o impacto desta nova formação profissional, que seria precarizada quanto à forma e a oferta.

PALAVRAS-CHAVE: Itinerários formativos; Formação Técnica e Profissional; Educação profissional.

ABSTRACT: This article aims to explore the academic production concerning the formative itinerary of vocational education within the implementation of the New Brazilian High School after the Reform brought about by Law No. 13.415/2017, as well as the initial documented experiences, especially in the modality that integrates the Vocational Education itinerary into high school. The methodology involves a qualitative analysis of this production of articles and dissertations through bibliographic research, resulting in a synthesis covering the period from 2017 to the first semester of 2023, concerning the 32 identified texts on the subject. Despite the almost non-existent temporal distance between the initial experiences of this High School Reform and recent academic productions, it was possible to map these

¹ Mestrando em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza [CEETEPS].

Rua dos Bandeirantes, 169, Bom Retiro, CEP 01124-010, São Paulo, Brasil.

E-mail: cristiano.franca@cpspos.sp.gov.br Cel: (11) 97078-0186

² Mestrando em Educação. Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza [CEETEPS].

Rua dos Bandeirantes, 169, Bom Retiro, CEP 01124-010, São Paulo, Brasil.

E-mail: paulo.constantino@cps.sp.gov.br. Cel: (18) 99784-7840

publications, concentrated in federal higher education institutions, followed by state institutions in São Paulo. The selection of a research agenda developed in subsequent studies, based on the initial findings. The consulted works suggest that there is no long-term educational project in the country - a point that, without delving into the merits of the debate, reinforced by the most recent decisions made by the Ministry of Education in 2023 and the new rounds of voting in early 2024. In interfaces with Vocational Education, the analyzed authors reveal concern about the impact of this new vocational training, which compromised in terms of form and provision.

KEYWORDS: VET itineraries; Education studies; Vocational Education and Training.

Introdução

No ano de 2017, o governo federal brasileiro propôs a reforma educacional do ensino médio, através da medida provisória MP 746/2016, convertida na Lei nº 13.415 (Brasil, 2017). Apesar da denominação aparentar abrangência, em seu escopo a reforma ocorreu efetivamente no âmbito curricular. O modelo antigo do ensino médio, com mais de uma dezena de disciplinas obrigatórias na Base Nacional Comum Curricular [BNCC] em todas as séries e que totalizava 3000 horas, seria substituído por uma versão em que as disciplinas foram flexibilizadas em todas as séries e a carga horária total passou a ser de até 1800 horas para a BNCC, adicionadas outras 1200 horas de um dos cinco itinerários formativos, que poderiam ser criados conforme as necessidades de cada sistema de ensino a partir de eixos estruturantes. Um destes itinerários é o da “Formação Técnica e Profissional”, que integrava ao ensino médio diferentes formatos de educação profissional e tecnológica [EPT].

Em 2018 começam os primeiros projetos-piloto com implementações do Novo Ensino Médio [NEM] nas redes públicas e o ano de 2023 iniciou-se com a maioria das salas de ensino médio do país adequadas ao novo currículo, ainda que os debates políticos permaneçam aquecidos e uma suspensão temporária do cronograma inicial tenha sido publicada pelo Governo Federal em abril de 2023 (Brasil, 2023).

Faz-se muito importante a análise da produção intelectual deste período. O que nos rumou a responder a seguinte pergunta de pesquisa: quais discussões estão sendo levantadas nesses primeiros anos de implementação do novo ensino médio, principalmente em relação ao itinerário da Formação Técnica e Profissional?

Algumas considerações iniciais podem ser feitas. A primeira lembra o distanciamento temporal quase inexistente entre as primeiras experiências desta Reforma do

Ensino Médio [REM] e as produções acadêmicas recentes. Em segundo, a seleção de uma agenda de investigação, sobre quais olhares devem ser lançados sobre as produções que versam sobre a implementação do NEM ou sobre as influências políticas que atuaram na reformulação curricular proposta. Ou, finalmente, sobre quais mudanças estão sendo apontadas na implementação do quinto itinerário formativo, o único que não é um aprofundamento de uma das áreas da BNCC.

Posto isso, o artigo objetiva explorar a produção acadêmica acerca do itinerário formativo profissionalizante na implementação do Novo Ensino Médio após a Reforma brasileira ocasionada pela Lei nº13.415/2017 e as primeiras experiências documentadas, principalmente na modalidade que integra o ensino médio ao itinerário ‘Formação Técnica e Profissional’. O instrumental metodológico de ordem qualitativa baseia-se na pesquisa bibliográfica, produzindo uma síntese da produção acadêmico-científica no período de 2017 ao primeiro semestre de 2023.

Fundamentação teórica

Sem pretender um recorte histórico mais amplo, vislumbram-se as modificações no ensino médio e na educação profissional brasileira a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 12 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), que na ocasião objetivou a reestruturação do sistema educacional brasileiro na educação básica e suas modalidades, como a educação profissional técnica de nível médio.

No entanto, a publicação do Decreto nº 2.208/97 (Brasil, 1997) assinalou a separação entre formação técnica e o ensino médio, medida que persistiria até o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 (Brasil, 2004), que reestabeleceu a integração curricular, reforçando seus princípios norteadores e impulsionando nos anos seguintes os cursos de ensino médio integrados à qualificação básica e, decisivamente, ao ensino técnico.

Em 2017 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) seria novamente alterada (Brasil, 2017). A ‘reforma do ensino médio’ foi uma reforma curricular, já que a alteração em relação à forma como era organizado o ensino médio nacional se deu nas orientações curriculares. A partir da mudança na lei, novas resoluções e deliberações foram criadas para disciplinar o formato nas esferas nacional e estadual.

A Resolução CNE/CP nº01/2021 (Brasil, 2021), por exemplo, determina as diretrizes gerais para o Educação Profissional e Tecnológica [EPT] nacional. No seu artigo 3 definia os princípios norteadores da EPT, citando a articulação com o setor produtivo, a verificação das necessidades regionais, o trabalho por competências respeitando valores éticos, estéticos, sociais, de gênero e incentivando a inovação e empregabilidade.

Esta organização da EPT pode ser consubstanciada em programas que vão do curso de qualificação básica até o doutorado profissional. Todos devem ser organizados sob itinerários formativos a partir das organizações definidas pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e dos Cursos Superiores de Tecnologia.

No parágrafo quinto do artigo 5, o itinerário formativo é definido como o “conjunto de unidades curriculares, etapas ou módulos que compõem a sua organização em eixos tecnológicos e respectiva área tecnológica” (Brasil, 2021, sn.). A estrutura da EPT técnica de nível médio pode ocorrer de forma integrada, concomitante, concomitante intercomplementar [quando é oferecido por distintas instituições] ou subsequente.

O curso da EPT pode ser, nesta perspectiva de complementariedade, o itinerário formativo que complementa as 1800 horas mínimas da BNCC, chamado de quinto itinerário (Brasil, 2017). Portanto, a nova lei fez com que o ensino técnico de nível médio possa ser realizado juntamente com a formação básica de nível médio, sem ampliar de modo vultoso a carga horária.

As primeiras experiências foram documentadas por Poletine e Constantino (2019) na rede estadual paulista, por ocasião da implantação dos cursos M-Tec do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em São Paulo, no primeiro semestre de 2018. Estes foram implantados em 34 escolas técnicas do Estado, com 23 turmas de manhã e 11 no período da tarde, totalizando 914 alunos matriculados (Poletine; Constantino, 2019). Os autores comentavam que os cursos estavam em fase de construção e avaliação e que a própria regulamentação do Ensino Médio no país ainda está se conformando, às portas das reformulações esperadas com a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular em 2018. Lima e outros (2021) também mapeariam estas primeiras ofertas paulistas em um texto publicado em 2021 sobre as modalidades de integração entre o ensino médio e técnico.

Sacristán considera o currículo como um plano de estudos proposto pela escola, uma seleção organizada de conteúdos a aprender que regularão a prática didática (Sacristán, 2013). Por conta da importância do currículo, a REM altera profundamente a formação dos estudantes. No caso, ao diminuir a quantidade de horas na BNCC, considerou-se que o total

anterior não era tão importante quanto os itinerários formativos que tomaram seu lugar. Nesta EPT reunida ao ensino médio, quando é permitido que o jovem tenha habilitação profissional técnica, há também redução na BNCC.

A propaganda televisiva no ano da REM dizia que esta foi fruto de discussões com a sociedade, que supostamente percebia a má qualidade da escola no Brasil e ansiava por uma liberdade maior em sua formação, o que os itinerários formativos proporcionariam (Kaspari; Freitas, 2017). A mudança curricular que REM trouxe foi apresentada como uma demanda de interesse da sociedade, mas o critério que determinou a mudança, segundo sua propaganda, foi a chamada “liberdade” de formação, que era recorrentemente mencionada nas reportagens que circulavam na imprensa.

Ciavatta e Ramos (2012) argumentavam que, na educação profissional, o currículo deve ser criado com a finalidade de formar o trabalhador capaz de se apropriar da realidade e transformá-la, de desenvolver-se criticamente para a práxis. Porém, o que pode orientar um currículo profissional no cotidiano são as demandas do mercado de trabalho guiadas por um pragmatismo utilitário, onde apenas o saber fazer torna-se importante na formação.

A influência destas tendências econômicas globais nos currículos talvez seja o que corrobore com a tendenciosa propaganda da reforma curricular, ao colocar como seu motivador o anseio por liberdade do jovem estudante no Brasil que, devido ao seu desinteresse pelo formato único curricular, acaba por ter mau desempenho escolar. Dale (2004) ao criar sua concepção de “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”, nota que o sistema capitalista global cria uma série de dispositivos político-econômicos para suprir suas próprias necessidades de mercado, independentemente de qualquer outro valor ou demanda. Apropriando-se da emulação voluntária, a ideia é de que se um modelo educacional é bem-sucedido em algum lugar do mundo, entende-se que o currículo deve ser adotado também localmente.

Posto isto, examina-se como estas reformas têm sido abordadas na literatura, o que se apresenta nas próximas seções.

Método e caracterização

Este recorte é parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional. O perfil da

investigação é derivado de outros estudos realizados na linha de ‘Políticas, Gestão e Avaliação’, no âmbito do projeto ‘Concepções e Políticas da Educação Profissional’ da Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, desenvolvido em regime de colaboração pelo grupo cadastrado no diretório CNPq ‘Gestão, Administração e Cultura da Educação Profissional e Tecnológica – GEACEP’.

Quanto ao delineamento metodológico, realizou-se uma pesquisa do tipo bibliográfica e com enfoque qualitativo, baseada em fontes abertas (Gil, 2008). Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa de alcance exploratório. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), estes estudos exploratórios possibilitam análises em função de um contexto de produção específico, identificando tendências, áreas ou contextos de estudo.

Este volume fará uma análise de publicações a partir das bases de dados *Scopus*, *Web Science*, *Dimensions* e *Google Scholar*, buscando combinações de palavras que permitam perseguir os objetivos inicialmente traçados. Apesar do recorte temporal no Brasil seja o ano de 2017, em que ocorreram os primeiros projetos-piloto seguindo as novas diretrizes curriculares da reforma, foram identificados e incluídos textos publicados entre os anos de 2017 e 2023, que tratassem pontualmente da Reforma do Ensino Médio em suas relações com a EPT.

Ao examinar estas 32 publicações selecionadas entre artigos e dissertações, a busca pelos descritores ou palavras-chave permitiu delimitar as temáticas abordadas e orientar as buscas com o recorte da Reforma do EM aliada à educação profissional. Os resumos e as conclusões dos estudos foram examinados. Esses dados foram tratados por meio de planilhas geradas pelo *software* Microsoft Excel.

Dentre os documentos legais considerados no âmbito nacional, figuram a Lei nº 9394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [LDB] (Brasil, 1996), o Decreto nº 5154, de 2004 que regulamentava o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei em comento (Brasil, 2004), a Lei nº 13.415, de 2017 que reformava o ensino médio (Brasil, 2017) e a Base Nacional Comum Curricular que a seguiria (Brasil, 2018), além das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2021).

Resultados e Discussão

Foram realizadas pesquisas nos bancos de dados *Scopus*, *Web Science*, *Dimensions* e *Google Scholar* utilizando os seguintes descritores: “novo ensino médio”, com aspas para identificar essa exata sequência [NEM], “reforma” somado a “ensino médio”, com a diferença da busca anterior na separação da palavra “reforma”, por poder conter outras palavras entre as três [REM], “novo ensino médio” somado a “técnico” [NEMT], “novo ensino médio” somado a “profissionalizante”[NEMP] e “Novotec”, nome do NEM profissionalizante do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza em São Paulo. As buscas foram avançadas a fim de que fossem localizadas no título ou resumo.

Quadro 1: Ocorrências de trabalhos por descritores nas bases de dados

	NEM	REM	NEMT	NEMP	Novotec
Dimensions	535	351	10	4	4
Scopus	8	12	0	0	0
Web of Science	2	0	0	0	0
Google Scholar	455	415	2	1	5

Fonte: Autoria própria, sobre as bases de dados

Dentre esses trabalhos, foram selecionados 32 artigos e dissertações, conforme os seguintes critérios:

- a) que considerassem o Novo Ensino Médio em sua relação com a EPT e o itinerário formativo focado;
- b) que estivessem no recorte temporal de 2017 a 2023, coincidindo com a primeiras manifestações sobre o NEM e as modificações mais recentes na EPT brasileira;
- c) que estivessem publicados em língua portuguesa e em repositórios abertos e gratuitos.

Não foram encontradas teses ligadas à temática, o que poderia ser explicado pelo recorte de tempo recente. Quanto à filiação institucional, entre os trabalhos foram identificadas universidades e centros educacionais que fizeram as publicações nesse período, as vezes com mais de uma instituição envolvida na mesma produção. A primeira extração foi com os resultados da base Scopus e foram identificadas: UFSM, UCB, UEMT, UFRB, FEEVALE, UEM, UFAL, USP, UNICAMP, UERN, FGV, UFRS, UB, CEFET-MG, PUC-SP, UFRJ, UERJ, UFP, UFAL e UNESP, sendo estas duas últimas com duas produções e as demais, uma cada. Na segunda extração foram identificadas as produções nas universidades que aparecem nas buscas relacionadas ao ensino profissionalizante [NEMT, NEMP e

ITINERÁRIO FORMATIVO “FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL” NA

Novotec] no Google Scholar. Nelas aparecem UFSCar com duas produções e IFSULDEMINAS, UFF, Unifesp, Uniandes (Colômbia), UNESP e UFF com uma produção. Como última amostragem, foram identificadas: UFP, UFG, IFRN, IFGO, UFMA, UNICID, IFMG, SEDUC-DF, UNIOESTE, UFSM, PUCMG, UFRJ, UESBA, REPU, UFFS-RS, CEETEPS, UEL, com uma produção cada, UNICAMP e UEM com duas cada, UFU e UNESP com três produções. Conclui-se com essas amostragens que a discussão sobre o NEM tem se materializado em produções acadêmicas principalmente nas instituições de ensino superior da esfera federal, seguidas das instituições públicas do Estado de São Paulo.

A seguir, apresenta-se um quadro sinótico das 32 publicações de interesse para o recorte deste estudo:

Quadro 2: Quadro sinótico dos 32 textos analisados

Ordem	Autores	Título da publicação	Síntese
1	Santos, L. A., Cavalcante, M. S. A. O., Melo, V.	Novo ensino médio: entre a liberdade incondicional dos sujeitos na escolha do itinerário formativo e a necessidade sócio-histórica de reprodução da força de trabalho	Análise do discurso da livre escolha no itinerário formativo técnico, indiretamente transferindo a responsabilidade do sucesso profissional para o indivíduo que escolhe seu percurso.
2	Costa M. A., Coutinho E. H. L.	Educação profissional e a reforma do ensino médio: Lei nº 13.415/2017	Análise documental mostrando histórico da educação profissional e o quanto a REM priorizou a formação de mão de obra precária para o mercado.
3	Santos, M. C. P.	“Empreender para alcançar o mundo”? A reforma do ensino médio e o ensino	Estudo de caso a partir do olhar discente, analisando a implementação do curso de empreendedorismo em uma escola de ensino médio técnico integral no RJ. Conclui na internalização do neoliberalismo por parte dos estudantes.
4	Pereira, A. D.	Novo ensino médio e a (des)integração entre educação-trabalho: uma análise documental dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos integrados do IFTM - Campus Ituiutaba no contexto do neoliberalismo e das pedagogias das competências (2013 – 2022)	Análise documental nos institutos federais que mostra como a REM torna a educação uma fonte de formação de um trabalhador precarizado.
5	Silveira, S. M.	Estudo de caso sobre uma aproximação do novo ensino médio noturno com a educação profissional tecnológica	Analisa percepções de docentes e discentes com o NEM em uma escola técnica noturna de Goiás. Foi produzido um e-book para os docentes sobre educação <i>omnilateral</i> .

6	Melcka, Y. C. Ramos, D. R., Pereira, A. S. D.	Novo ensino médio na modalidade educação de jovens e adultos integrado a educação profissional: uma análise do Programa Ejatec/MA	Análise do NEM em uma turma da educação de jovens e adultos na modalidade técnica. Pesquisa documental e entrevista com gestores de três escolas, indicando a importância da modalidade ao trazer a perspectiva de término da educação básica e possibilidade de inserção no mercado de trabalho para pessoas excluídas socialmente no passado.
7	Lima, J. R.	Demandas, desafios e limites do novo Ensino Médio: o que pensam profissionais da educação profissional	Desafios a partir da percepção de professores e gestores do NEM. Percebeu-se uma compreensão diferente entre docentes e gestores acerca da REM e a preocupação principal sendo a redução da carga horária.
8	Ribeiro, A. B.	Entre dilemas, sonhos, projetos e vida: o Novo Ensino Médio e o itinerário de Formação Técnica e Profissional no Centro de Ensino Médio Integrado do Gama no Distrito Federal	Analisa a percepção de alunos e professores na disciplina “projeto de vida” no NEM em uma escola de Gama/DF. Discute a relevância de uma educação engajada e emancipadora.
9	Kuenzer, A. Z.	Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível	Analisa a lei 13.415/2017, estatísticas recentes e a nova proposta de organização curricular, tentando identificar argumentos que apontam para a flexibilização do ensino médio como expressão do projeto pedagógico do sistema de acumulação flexível, cuja lógica continua sendo a desigual distribuição do conhecimento, mas de forma diferenciada. Aponta para precarização do trabalho.
10	Silva Fabis, C.	Novo Ensino Médio e seus efeitos sobre sujeitos e currículos	Analisa as mudanças curriculares do NEM a partir da ótica de Stephen Ball e Gilles Lipovetsky, mostrando a mudança curricular do NEM e a produção de um duplo efeito, primeiro, na flexibilização curricular e a concessão de responsabilidade ao jovem sobre seu percurso formativo, segundo, na configuração de novos formatos curriculares que alteram a disposição escolar.
11	Pelissari, L. B.	A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021	Analisa o que chama de contrarreformas (conceito da teoria política <i>poulantziana</i>) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Parte da hipótese de que a contrarreforma do ensino médio tem produzido transformações em outros campos da política educacional, inclusive na EPT, não se restringindo ao currículo da formação geral.
12	Guimarães Filho, D. R.	A constituição de saberes docentes na formação de professores no Ensino Médio Técnico Integrado: diálogos possíveis	Analisa as concepções de professores sobre as diretrizes da rede estadual de educação de Mato Grosso do Sul para a prática pedagógica na educação profissional, a partir da metodologia da problematização com o Arco de Maguerez, nos anos de 2021 e 2022, no contexto da pandemia de Covid-19 e implantação do NEM.

ITINERÁRIO FORMATIVO “FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL” NA

13	Carneiro, I.	Reforma do ensino médio (lei nº 13.415/2017): retrocesso no ensino médio propedêutico e técnico-profissionalizante	Aborda a recente reforma do Ensino Médio iniciada através da Medida Provisória 746/2016, a partir da ótica do conflito entre interesses da classe trabalhadora e ações políticas. Por meio de pesquisa documental e bibliográfica, compreende que a atual iniciativa apresenta um discurso oficial voltado à “modernização” do NEM objetivando a redução de disciplinas que foram consideradas desinteressantes ou inúteis. Resulta em uma proposta tecnicista voltada à flexibilização e precarização da nova formação.
14	Leme, R. B.	A interferência do empresariado nas políticas para a educação do trabalhador	Aponta para interferências empresariais nas mudanças educacionais, apresentando indícios destas interferências desde a elaboração da Lei Capanema, passando pelo período ditatorial, em que a profissionalização compulsória foi colocada em prática por meio da Lei n. 5692/1971, pela LDBEN/1996, com ideário neoliberal, preparando o sujeito para as exigências do mundo da produção; e pela atuação do movimento empresarial “Todos Pela Educação” em parceria com o MEC e entidades como o CONSED, obtendo forte presença na elaboração das diretrizes para a reforma do ensino médio.
15	Belchior, I. S.	O processo de materialidade do núcleo politécnico comum no contexto do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Chapecó	Discute o desenvolvimento do núcleo politécnico comum no Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Chapecó, a partir das contribuições de dois grupos de trabalho que foram responsáveis pela reconstrução curricular do ensino médio integrado. Mostra a possibilidade de um núcleo politécnico comum, como conceito filosófico, ferramenta metodológica e práxis, no ensino médio Integrado.
16	Paz, R. J. R.	Educação no Brasil: a indústria como força motriz para a expansão da Educação Profissional e a reforma do Ensino Médio: Lei nº 13.415/2017	Estudo bibliográfico sobre o ensino profissional no Brasil: manifestações históricas e reformas. Destaca-se a existência de um sistema educacional dual, com formas de ensino diferenciadas de acordo com a classe social, aumentando a desigualdade social e o destino do indivíduo menos favorecido que abastecerá a indústria nacional.
17	Heeren, M. V.	O princípio de autonomia dos institutos federais e sua política educacional em oposição à reforma do ensino médio	Analisa a lei 13.415/17, que regulamenta a reforma do ensino médio, caracterizando os aspectos conflitantes em relação ao princípio de autonomia e da produção dos atos normativos específicos dos Institutos Federais. Aponta para a diminuição da autonomia relativa condizente à sua natureza jurídica de “Autarquia Federal”.
18	Lima, M. A. M.	Avaliação da gestão no ensino técnico profissional: implicações da reforma do ensino médio	Avalia a gestão das escolas profissionais da rede pública estadual localizadas em Fortaleza, no estado do Ceará. Analisa a partir do entendimento dos professores no contexto da implementação do NEM. A metodologia adotada centrou-se na estratégia metodológica quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete.
19	Lima, C. M.	Entre o sistema e mundo da vida: Uma discussão sobre a percepção de professores do ensino profissional na	Analisa a matemática no currículo do NEM no Centro Paula Souza e nas discussões promovidas em um grupo de professores que atuam nos cursos implantados, segundo os pressupostos habermasianos do Ato Comunicativo, Sistema e Mundo da Vida. A

		implantação curricular do Novotec Integrado.	pesquisa é realizada em uma Escola Técnica Estadual (Etec) que implantou, em 2020, o Novotec Integrado em dois cursos distintos: Ensino Médio com habilitação de Técnico em Administração e Ensino Médio com habilitação de Técnico de Marketing.
20	Pioli, E.	Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional	Analisa as implicações da reforma do Ensino Médio e suas consequências nas mudanças curriculares previstas pela introdução dos itinerários formativos, especialmente de formação técnico-profissional na rede estadual paulista. Aponta para o aprofundamento do dualismo estrutural, criando uma “dualidade dentro dessa dualidade” por meio da oferta predominante de cursos de qualificação relaxados.
21	Pessoa, M.	NOVOTEC: o caminho pedagógico da flexibilização	Analisa, no contexto do programa Novotec em São Paulo, oito cursos oferecidos nessa modalidade. De um total de 28 cursos disponibilizados pelo programa, para essa análise foram destacados oito cursos. A seleção dos cursos se deu em razão da disponibilidade dos documentos para livre acesso e pelo fato de serem cursos com maior oferecimento nas unidades. Promove uma reflexão acerca do Novotec Integrado e que, diante de sua recém-implantação aponta-nos para possibilidades de um novo modelo formativo.
22	Morais, B. L. S., Felix, F. A., Silveira, R. G. L.	O quinto itinerário profissionalizante: Uma análise da implementação Do Novo Ensino Médio	Analisa a implementação do NEM técnico na rede pública de MG. Situa o contexto histórico e as escolas públicas para criar mão de obra que irá atender as demandas do mercado.
23	Kuenzer, A. Z.	O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito	Discute o caráter ideológico da REM, ampliando as desigualdades sociais a partir de uma única proposta que, ao tratar igualmente os diferentes, é discriminatória e excludente.
24	Neves, E. B.	Traduções do novo ensino médio no Instituto Federal baiano	Pesquisa documental curricular partindo da teoria do Discurso de Laclau e Mouffe no IFBA. Disserta sobre a precarização da formação com a redução curricular do V itinerário formativo, abrindo espaço para a iniciativa privada.
25	Gomes, M. C. O., Sampaio, M. G.	O ensino médio no Brasil e na França: considerações sobre a lei 13.415/2017 a partir de uma análise comparativa	Análise comparativa entre itinerários formativos no NEM brasileiro e sistema educacional francês focando no itinerário técnico e na dificuldade que este traz para o acesso ao ensino superior.
26	Constantino, P. R. P., Poletine, M. R. O.	Implantação dos cursos ‘M-TEC’ na região de Marília/SP: perspectivas para o ensino técnico integrado ao ensino médio	Pesquisa com alunos de escolas técnicas estaduais da região de Marília/SP através de questionário e análise documental, a fim de subsidiar trabalho docente e gestor na implementação do NEM, itinerário formativo técnico.

ITINERÁRIO FORMATIVO “FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL” NA

27	Lima, C. M., Peralta, D. A.	Entre o Sistema e Mundo da Vida: uma discussão sobre a percepção de professores do ensino profissional na implantação curricular do “Novotec Integrado”	Análise do NEM a partir dos documentos e de entrevista com docentes, percebendo a falta de participação docente na REM e que esta foi elaborada a partir da racionalidade instrumental.
28	Pioli, E. Sala, M.	Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional	Análise das implicações curriculares na implantação do itinerário formativo técnico do NEM. Gera um dualismo estrutural ao destinar uns para prosseguirem os estudos e outros para o mundo do trabalho e dentro disto outro dualismo, dos cursos técnicos aligeirados.
29	Reis, E. D., Alencar, F.	Educação profissional paulista na antessala da reforma do ensino médio: Vence e Novotec no Centro Paula Souza, 2012-2021	Analisa os programas Vence e Novotec de SP como laboratórios para o itinerário formativo técnico no NEM. Indica precarização da formação e ensino integrado.
30	Instituto Federal da Bahia	Em defesa do Ensino Médio Integrado: o IFBA e as novas diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica	Versa sobre as discussões feitas no Instituto Federal da Bahia para a implementação do novo curso de ensino médio integrado ao ensino técnico a partir das novas diretrizes curriculares orientadas pela reforma do ensino médio.
31	Pessoa, M. R. S.	NOVOTEC: Ensino Médio Integrado no regime da acumulação flexível?	Análise documental da implementação do Novotec integrado no Centro Paula Souza se adequando à REM criando uma formação profissional precarizada. Analisa notícias, banco de dados do CPS, dados socioeconômicos e planos de curso.
32	Barbosa Júnior, A. C.	Reforma do ensino médio e os novos (velhos) caminhos para a educação profissional técnica de nível médio: contradições e desafios na expansão de cursos técnicos integrados na rede pública estadual do Espírito Santo.	Analisa implementação do NEM integrado no Estado do ES nas escolas estaduais. Analisa a forma de aplicação, a concepção pedagógica, a organização curricular, as condições de infraestrutura, as condições de trabalho, a condição do jovem, e implicações para o universo escolar. Produziu um documentário.

Fonte: Autoria própria, sobre as bases de dados

Entre os materiais dispostos no Quadro 2, foram identificados textos que exploram as realizações e a implementação dos currículos do NEM em sistemas de ensino e escolas; outros analisam as políticas públicas presentes na REM; o discurso de convencimento da REM; os documentos desta reforma e alguns analisam o novo formato do ensino técnico integrado ao médio, por vezes, atravessando todas as outras discussões citadas.

A maior parte das produções sobre a influência política situa a REM em um contexto de uma política internacional de orientação neoliberal, onde o lugar do Brasil figura no fornecimento de uma mão de obra menos qualificada. Os textos apontam para um futuro precarizado da educação, gerando principalmente um distanciamento de qualidade do ensino

público e a implantação definitiva do ensino particular. Lima e Cavalcante (2022), como muitos outros autores, chamam a REM de contrarreforma a partir de uma análise histórica documental e bibliográfica, apontando que outras reformas curriculares no passado foram feitas sem ter prioridades pedagógicas, ampliando o abismo entre os mais e os menos favorecidos economicamente na sociedade. De uma forma geral, as produções fazem uma análise do contexto político global onde a REM se insere, sem traçar soluções para o problema e apenas diagnosticando o aumento da precarização da escola e da situação do trabalhador com tal formação.

Outra temática persistente diz respeito à implementação do NEM. Há uma diversidade de locais e os mais diferentes formatos curriculares. Os trabalhos procuram expor e compreender como tem sido efetivado na prática os novos currículos com os cinco itinerários formativos, que segundo os eixos estruturantes contidos na nova lei do ensino médio (Brasil, 2017), podem ser materializados em diversos formatos curriculares. Os trabalhos apontam as dificuldades na elaboração dos itinerários, na formação dos professores, nos novos processos administrativos e somando-se à pandemia da Covid-19, que coincidiu com essa fase de implementação. Centa (2022), por exemplo, analisa a autonomia docente durante a implementação do NEM em escolas públicas do interior do Rio Grande do Sul. Entrevista professoras que se adaptavam às novas disciplinas.

Os textos que analisam o NEM no itinerário profissional atravessam muitas vezes os assuntos anteriores, porém, com foco no ensino técnico. Alguns possuem um teor histórico ao resgatar as reformas educacionais anteriores, algumas vezes encontrando algo em comum com reformas anteriores, que na visão autoral formariam um profissional precarizado, proletarizado. Outros textos não fazem esse resgate de reformas educacionais, mas situam o Brasil em um contexto global, influenciado pela ideologia neoliberal e instituições empresariais que interferem nas decisões que produzem as reformas educacionais. Alguns autores apontam para tendências internacionais de currículos mais flexíveis e a educação, ou partes dela, que tradicionalmente eram geridas pelo poder público, são passadas à iniciativa privada.

Na produção sobre a implementação, há experiências em todas as regiões do país, com uma produção maior no Sudeste, onde todos os Estados realizaram pesquisas sobre a implementação do NEM integrado ao EPT em algum lugar ou sistema do seu território. Alguns citam a pandemia de Covid-19 e seu consequente ensino remoto e híbrido. Seja

síncrono, assíncrono, nas plataformas virtuais de sala de aula, com a dificuldade das aulas práticas.

Em muitos cursos de ensino médio figurou uma nova disciplina, discutida por alguns autores, chamada “projeto de vida”. Talvez seja a disciplina que mais apareceu nos novos cursos de ensino médio, algumas vezes com nomes diferentes, e que na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo [SEDUC] aparece inclusive no ensino fundamental. Em cursos que optaram por deixar a integralidade dos itinerários formativos como disciplinas do ensino técnico, como o Novotec em São Paulo, este “projeto de vida” não teve espaço.

Outra constatação a partir da literatura consultada é de que há uma grande variedade de formatos de currículos nos cursos do NEM integrados à EPT. Tomando-se o caso do Estado de São Paulo por exemplo, a rede pública oferecia em 2021, o Ensino Médio com Itinerário Formativo [os cinco, em diferentes escolas], Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio sob duas formas: por meio das Escolas Técnicas Estaduais [Etecs] mantidas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, cujo ingresso se dá a partir de aprovação em processo seletivo; e também nas Escolas Estaduais, mantidas pela Secretaria de Estado da Educação, com ingresso livre, em parceria com o CEETEPS ou outras instituições. Estes cursos eram oferecidos, basicamente, em três modalidades: uma delas é o Ensino Técnico Integrado ao Médio [Etim] oferecido pelas Etecs em dois turnos [integral], e a outra é o Novotec Integrado, ofertado nas Etecs ou nas Escolas Estaduais em turno único ou em dois turnos, em caso de escolas do Programa de Ensino Integral (Lima *et al.*, 2021).

Conforme esses currículos mudam, uma preocupação dos docentes passou a ser o que estará disponível para escolha na atribuição anual de aulas. Em alguns casos, o ano da implementação com os dois seguintes somam em média 40% de redução da BNCC, forçando os professores dessas áreas a escolherem novas disciplinas, muitas vezes sem conhecimento e formação para isso, o que impacta na qualidade da formação dos alunos.

Por conta de mudanças como essa, uma flexibilização curricular que alguns autores apontam para um ensino fragmentado, muitos chamam a REM de contrarreforma, pois ocorreria na contramão de um ensino politécnico pretendido pelo Decreto de 2004 (Brasil, 2004).

Considerações finais

O texto pretendeu explorar a produção acerca do itinerário formativo profissionalizante na implementação do Novo Ensino Médio após a Reforma brasileira que, entre outras providências, integrou o ensino médio ao itinerário ‘Formação Técnica e Profissional’.

Ressalvado o distanciamento temporal quase inexistente entre as primeiras experiências desta Reforma do Ensino Médio e as produções acadêmicas recentes, foi possível mapear as publicações, que se notam concentradas nas instituições superiores federais, seguidas das estaduais de São Paulo.

Como um desdobramento possível deste brevíário, a seleção de uma agenda de investigação é algo que poderá ser desenvolvido em pesquisas posteriores, dadas as múltiplas possibilidades suscitadas nesta primeira exploração: é possível deter-se, como elucidavam Ball e Bowe, no contexto de influência desta reforma, no contexto da produção dos textos, no contexto das práticas, dos resultados e efeitos ou no contexto da estratégia política adotada (Mainardes, 2006).

Os trabalhos que remontam a história desta reforma educacional brasileira sugerem indiretamente que não há um projeto educacional de longo prazo no país – o que, sem adentrar no mérito do debate, seria reforçado pelas decisões mais recentes tomadas pelo Ministério da Educação - MEC (Brasil, 2023), alterando os dispositivos legais. A percepção se acentua ao notar que no início de 2024, enquanto este texto foi redigido, o Congresso Nacional estava votando novas modificações para o NEM, sobre as quais ainda não se tem clareza para qualquer anotação adicional.

Independentemente da insatisfação da nova gestão executiva nacional e do MEC, as discussões levantadas nos textos podem indicar que o NEM pode continuar ‘novo’ ainda nos próximos anos, devido ao predominante teor negativo levantado nos trabalhos analisados e na pressão pela revogação ou reformulação das propostas. Na EPT, muitos autores mostram o impacto desta nova formação profissional que, segundo indicam, seria precarizada quanto à forma e a oferta.

Dentro de um mundo globalizado, parece incontornável a influência das atividades econômicas globais nas decisões educacionais. Os debates seguintes serão sobre a dimensão e a profundidade desta influência sobre os formuladores das políticas educacionais e dos executores, bem como os impactos sociais e econômicos destas decisões sobre as gerações de alunos que atravessarão o ensino médio. Os registros dessas discussões são importantes para pavimentar este caminho.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação profissional. Diário Oficial da União. Brasília, 18 de abril de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. MEC. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União. Brasília, 06 de janeiro de 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90891. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 627**, de 4 de abril 2023. Suspende os prazos em curso da Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Disponível em: www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-627-de-4-de-abril-de-2023-475187235. Acesso em: 02 jun. 2023.

CENTA, F.G. **Autonomia docente no novo ensino médio: possibilidades e constrangimentos no contexto do RS**. Tese de doutorado. Santa Maria, RS, 2022.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A “era das diretrizes”: a luta pelo projeto de educação dos mais pobres. *In: Revista Brasileira de Educação*, v.17, nº49, p.11-37, jan-abr. 2012.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *In: Educação & Sociedade*, Campinas, v.25, nº 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KASPARI, T.; FREITAS, E. C. Quem conhece aprova? Análise discursiva da propaganda governamental do novo ensino médio. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 18(3), p. 294–312. 2017.

LIMA, F.G.F. de; HILDEBRANDO, V.; GIORDANO, C.V.; CONSTANTINO, P.R.P.

Modalidades da educação profissional em São Paulo: um olhar sobre três propostas de ensino médio integrado ao técnico em Administração. *In: XVI Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional. Anais..*, São Paulo: CEETEPS, 2021. Disponível em: 02 jun. 2023. Acesso em:

<http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/1101/30b8c8becbbb923921436c6f2b72351d.pdf>

LIMA, J. R.; CAVALCANTE, M. S. A. O. A reforma do ensino médio no movimento das políticas públicas educacionais no Brasil: currículo, trabalho e poder. *In: Currículo sem Fronteiras*, v. 22, e2151, 2022.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

POLETINE, M. R. O.; CONSTANTINO, P.R.P. Implantação dos Cursos 'M-TEC' na Região de Marília/SP: perspectivas para o ensino técnico integrado ao ensino médio *In: VII Congresso Brasileiro de Educação - CBE Unesp*, 2019, Bauru. **Anais...** Disponível em: <https://hospeda.fc.unesp.br/cbeunesp/anais/index.php?t=TC2019032518960>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SACRISTÁN, J. G. (org). **Saberes e incertezas sobre currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M.P.B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.